

RESOLUÇÃO Nº 0166/2015 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 22689, em nome de Cooperativa dos Prestadores de Serviços de Transporte de Itapaci e Região, conforme Processo nº 201100029006970.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR

Considerando o disposto na Resolução nº 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, que trata da regulamentação da prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário, intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica a qual é adotado na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Cooperativa dos Prestadores de Serviços de Transporte de Itapaci e Região, infringiu o art. 53, inciso V, da Resolução 005/2008-CG, por não portar no veículo durante a viagem a Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (as parcelas pagas), no percurso GO-233 – Povoado de Oriente, foi autuada em 04/11/2011, nos termos do auto de infração nº 22689,

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 26/02/2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 22689, em nome de Cooperativa dos Prestadores de Serviços de Transporte de Itapaci e Região, por falta de amparo legal na lavratura do auto de infração.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015.

Luiz José de Oliveira Júnior
Coordenador

TJAB